

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ÉRICKA DOMICIANO GUEDES DA SILVA**

**O PAPEL DO EDUCADOR E O ALUNO AUTISTA**

**João Pessoa-PB**  
**2017**

**ÉRICKA DOMICIANO GUEDES DA SILVA**

**O PAPEL DO EDUCADOR E O ALUNO AUTISTA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado com requisito parcial para a obtenção do grau de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Professora orientadora: Dr<sup>a</sup>. Janine Marta Coelho Rodrigues

**João Pessoa – PB  
2017**

S586p Silva, Éricka Domiciano Guedes da.

O papel do educador e o aluno autista / Éricka Domiciano Guedes da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.

51f.

Orientadora: Janine Marta Coelho Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –  
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Criança autista. 2. Educação. 3. Inclusão. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051(043.2)

ÉRICKA DOMICIANO GUEDES DA SILVA

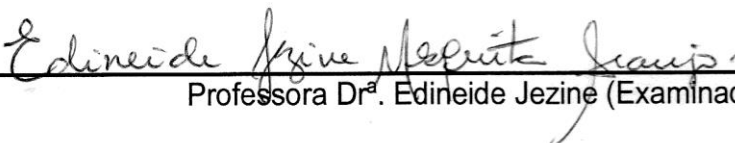
**O PAPEL DO EDUCADOR E O ALUNO AUTISTA**

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito para a obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 05 de dezembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Professora Dr<sup>a</sup>. Janine Marta Coelho Rodrigues (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Dr<sup>a</sup>. Edineide Jezine (Examinadora)

  
\_\_\_\_\_  
Professor Dr<sup>o</sup>. Roberto Derivaldo Anselmo (Examinador)

João Pessoa, 2017

Dedico este trabalho àqueles que buscam aprimorar seus conhecimentos e contribuir para uma educação transformadora.

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Dr. Janine Marta Coelho Rodrigues, por ter aceitado o convite para orientar este trabalho, disponibilizando recursos valiosos para sua construção.

Em especial a uma colega de trabalho, a coordenadora Cristiane Maria, que me incentivou a buscar conhecimento almejando ver meu crescimento profissional.

A minha mãe Claudineide, meu pai Edilson, meus irmãos pelo apoio e compreensão.

Aos professores, pais, colegas de trabalho e de estudo e aos profissionais da educação que de alguma forma contribuíram com este projeto.

A meu esposo J. Jaffé, quem realmente sabe o que passei.

E por último e não menos importante, ao professor Dr. Roberto Derivaldo Anselmo e a professora Dr. Edineide Jezine por fazerem parte desta banca.

**A todos minha gratidão!**

## RESUMO

O presente trabalho com o tema *O Papel do Educador e o Aluno Autista*, aborda as práticas pedagógicas que perpassam a atuação do professor como profissional voltando-se para o trabalho com o aluno autista. A pesquisa, de cunho exploratório, foi realizada através de um estudo de caso numa escola privada onde foram aplicadas atividades de intervenção com três alunos autistas de idades e séries diferentes. Como objetivo geral, apresentamos os desafios que norteiam a prática do professor para com o aluno autista, citando experiências vividas, na tentativa de ajudar profissionais que atuam ou atuarão na área da Educação Especial. Nos objetivos específicos apresentamos as características do aluno autista, além de refletir sobre as práticas pedagógicas presentes no processo educacional e direcionar as práticas do professor para o trabalho com o aluno autista. Conceituando este trabalho temos como principais referências: Rodrigues e Spencer (2015), tratando das características do autista; a Lei nº 12.764/2012 – Lei Berenice Piana – que tem representado um avanço na trajetória de luta pelos direitos dos autistas, eliminando qualquer forma de discriminação, reafirmando os direitos de cidadania que se refere à educação, proteção social, ao trabalho e às provisões de serviços que propiciam igualdade de oportunidades e a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 – reforçando os direitos dos autistas no que diz respeito ao acompanhante e atendente pessoal como também a importância da união entre Estado, família e comunidade escolar para garantir uma educação de qualidade para a pessoa com deficiência. Mediante a tantos desafios que acompanham o papel do educador, mostraremos que é possível obter resultados significativos no desenvolvimento do aluno autista mesmo que este não tenha o apoio e acompanhamento necessário que está previsto na Lei e é seu por direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança autista. Educação. Inclusão.

## ABSTRACT

The presente work, whose theme is about *The role of educator and autistic student*, approaches the pedagogical practices that permeate the teacher's performance as a professional turning to work with the autistic student. The research, of an exploratory nature, was made through a case study in a private school, where intervention activities were applied with three autistic students of different ages and series. As a general objective, we present the challenges that guide the teacher's practice with autistic student, citing experiences lived in an attempt to help professionals who work or will work in the area of Special Education. We present, in specific objectives, the characteristics of the autistic student, besides reflecting on the pedagogical practices present in the educational process and to direct the practices of the teacher to work with the autistic student. We have, as the main theoretical reference of this work, the following: Rodrigues and Spencer, dealing with autistic characteristics; the Law nº 12.764/2012 – Law Berenice Piana – which has represented an advance in the trajectory of struggle for the rights of the autistic, eliminating any form of discrimination, reaffirming the rights of citizenship that refers to education, social protection, work and the provision of services that provide equal opportunities and the Brazilian Law of Inclusion – Law nº 13.146/2015 – reinforcing the rights of the autistic with respect to the companion and personal attendant as well as the importance of the union between State, family and school community to guarantee a quality education for the person with disability. Through so many challenges that accompany the role of the educator, we will show that it is possible to obtain significant results in the development of the autistic student even if he does not have the necessary support and accompaniment that is provided for in the Law and is his by right.

**KEY-WORDS:** Autistic child. Education. Inclusion.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>Capítulo I: Práticas pedagógicas para o aluno autista.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>Processos de educação: planejamento x avaliação.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Autonomia: uma construção individual.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3</b>	<b>O envolvimento da família.....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>Capítulo II: Educação Especial.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>Educação Especial no contexto histórico.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Educação Especial Inclusiva.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Entendendo o Autismo ou Transtorno do Espectro Autista.....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>Capítulo III: Estudo de caso.....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>36</b>
	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>39</b>
	<b>Apêndice A – Entrevistas.....</b>	<b>42</b>
	<b>Apêndice B – Registro de atividades.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso é requisito parcial para obtenção da graduação de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Com o tema *O Papel do Educador e o Aluno Autista*, pretendemos abordar as práticas pedagógicas que perpassam a atuação do professor como profissional e como aplicar essa prática voltada para o aluno autista de acordo com suas especificidades. A pesquisa, de cunho exploratório, foi realizada através de um estudo de caso e como objetivo geral, apresentamos os desafios que norteiam a prática do professor para com o aluno autista, citando experiências vividas, na tentativa de ajudar profissionais que atuam ou atuarão na área da Educação Especial. Nos objetivos específicos apresentamos as características do aluno autista, além de refletir sobre as práticas pedagógicas presentes no processo educacional e direcionar as práticas do professor para o trabalho com o aluno autista.

Segundo as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (2013), a Educação Especial deve ser realizada em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo ele público ou privado, e deve ter o Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto na LDB como sala de Recursos ou Sala de Multi-meios, como parte integrante do processo educacional. Esta sala dá suporte ao aluno com deficiência, identificando suas habilidades e promovendo atividades que facilitam seu desenvolvimento necessitando de um professor habilitado para tal atuação. Pensando nisto e comparando com a realidade enfrentada ao lecionar no 4º ano num estágio em uma escola privada, na qual fazia parte um aluno de 11 anos com características de autista e que os pais não aceitavam nem tampouco procuravam acompanhamento para o mesmo, como também a presença de outros dois alunos autistas de séries e realidades diferentes freqüentando o mesmo ambiente escolar e ainda o fato da escola não dispor de sala multifuncional para o auxílio do professor é que resolvemos estudar mais sobre o tema em questão.

Ao analisarmos os diversos trabalhos de pesquisas relacionados ao tema escolhido, que geralmente estão voltados para o desenvolvimento do aluno autista mediante sua presença na sala do AEE ou então analisam os procedimentos realizados pelo professor da sala do AEE e, ao depararmos com a realidade

anteriormente exposta, resolvemos elaborar nosso trabalho na tentativa de ajudar profissionais que atuam na área, mas, que não têm o apoio dos pais nem auxílio de uma sala de AEE para melhor trabalhar o desenvolvimento do seu aluno autista. Mediante a tantos desafios que acompanham o papel do educador, mostraremos que é possível obter resultados significativos no desenvolvimento do aluno autista mesmo que este não tenha o apoio e acompanhamento necessário que está previsto na Lei e é seu por direito.

Conceituando este trabalho temos como principais referências: Rodrigues e Spencer (2015), tratando do conceito, características e modelos de atendimento do autista; a Lei nº 12.764/2012 – Lei Berenice Piana que foi sancionada pela presidenta Dilma e que tem representado um avanço na trajetória de luta pelos direitos dos autistas, eliminando qualquer forma de discriminação, reafirmando os direitos de cidadania que se refere à educação, proteção social, ao trabalho e às provisões de serviços que propiciam igualdade de oportunidades; a Lei Brasileira de Inclusão e Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), reforçando os direitos dos autistas no que diz respeito ao acompanhante e atendente pessoal como também a importância da união entre Estado, família e comunidade escolar para garantir uma educação de qualidade para a pessoa com deficiência; a LDB (1996) e as Diretrizes Operacionais para Educação Especial (2013), reafirmando a necessidade da educação especial obrigatória em todas as etapas de ensino e da presença da sala de Atendimento Educacional Especializado como parte integrante do processo educacional; trazemos também Gandin (2013), dando sua contribuição sobre soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa; Veiga e Davila (2008), falando sobre a profissão docente e ainda Freire (2014) com a pedagogia da autonomia, contribuindo com os saberes necessários para a prática educativa que facilitará o desenvolvimento da autonomia da criança, algo primordial para o aluno autista; dentre outros.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro comentamos as práticas pedagógicas para o aluno autista levando em consideração os processos utilizados na educação de planejar e avaliar de maneira eficiente que auxiliem no desenvolvimento do aluno relacionando esse planejamento estratégico ao cuidar e educar que viabiliza a autonomia e independência da criança, fator importante para a criança autista, e finalizando o primeiro capítulo citamos a importância do envolvimento da família junto à comunidade escolar para que através da interação

família/escola seja possível traçar metas buscando caminhos que permitam facilitar o sucesso educacional do filho/aluno. No segundo capítulo falamos da Educação Especial no contexto histórico, da Educação Especial inclusiva e sobre o conceito, características e modelos de atendimento para a pessoa autista. E no terceiro e último capítulo, detalhamos como foi realizado o estudo de caso, através de observações a atividades com funções avaliativas, finalizando o trabalho com contribuições importantes que ajudarão aos pesquisadores e futuros profissionais da educação.

## 2 CAPÍTULO I : PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ALUNO AUTISTA

A criança nem sempre foi vista como algo separado do adulto. Nos textos “A construção do ser criança na sociedade capitalista” de Marta Regina Furlan e “As culturas da infância nas Encruzilhadas da 2ª modernidade” de Sarmiento, retratam bem essa discussão sobre a infância. Na Idade Média ainda não tinha esse conceito de infância, as crianças se diferiam dos adultos somente em relação à força e ao tamanho, eram educadas ali mesmo na convivência com os pais e com outros adultos sem qualquer restrição ou respeito. Eram tidas como adultos em miniatura. Só a partir da Modernidade é que começam a ver a criança como um ser diferente, que precisa de cuidados especiais e formas diferentes de tratamento. Um ser em construção que precisa ser educado.

“Finalmente, a modernidade operou também a elaboração de um conjunto de procedimentos configuradores da *administração simbólica da infância*. Referimo-nos aqui a um certo número de normas, atitudes procedimentais e prescrições nem sempre tomadas expressamente por escrito ou formalizadas, mas que condicionam e constroem a vida das crianças na sociedade.” (M. J. SARMENTO. P. 05)

Assim, a escola começa a representar o lugar da educação, onde as crianças têm que freqüentar para obter instruções e ensinamentos, que serão aprendidos através dos adultos que foram preparados para estarem ali.

Já dizia Durkheim (1858 – 1917), que a educação não está incumbida somente na escola, mas também em vários ambientes presentes na sociedade. Ele acredita que muitas vezes a escola ensina, instrui, mas não está preparada para educar. A escola seria um meio do processo educativo, que apenas repassa os valores sociais e a cultura para a geração futura? Para Durkheim, sim! Pois eram os adultos quem tinham a missão de contribuir na formação do caráter da criança, para que a mesma se desenvolvesse melhor como indivíduo e na vida social.

Mas, não basta apenas colocar a criança na escola para que a mesma receba essa educação. É necessário que se analise quem irá conduzi-la. E isso é tão verídico que nas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), referente aos Profissionais da Educação, está explícito que os docentes para atuar na educação precisam estar habilitados em nível superior, ou

seja, terem cursado licenciatura ou graduação no mínimo para poderem exercer a função de lecionar. E é na sala de aula que quero me deter, tendo como base os procedimentos que são utilizados no processo de aprendizagem do cotidiano escolar.

### **2.1 Processos de educação: planejamento x avaliação**

A escola está cada vez mais se tornando a responsável pela formação de cidadãos que estejam conscientes de seu papel na sociedade, além de desenvolver indivíduos saudáveis do ponto de vista emocional e psicológico. Mas a educação não está incumbida apenas na escola, os diversos ambientes que freqüentamos na sociedade vão se tornar reflexos de nossa aprendizagem, de nossa educação. Nesse trabalho procuro exclusivamente detalhar práticas educativas que devem existir no ambiente escolar.

O primeiro passo é compreender a importância da docência que é essencial na formação de professores. VEIGA (2008. P. 15), afirma que O processo de formação assume assim uma posição de “inacabamento”, algo inicial e continuado, que tem início e nunca tem fim, desenvolvendo-se num contexto de coletividade e articulando-se com as escolas, com seus projetos, onde, o profissional muda a instituição e muda com a instituição.

A função do professor ultrapassa a simples tarefa de ministrar aula. Ele precisa saber da necessidade de se planejar bem uma aula, tomando decisões, tendo foco e objetividade no que se supõe fazer, visando uma melhor organização para a execução de suas tarefas. No trabalho com o aluno autista esse planejamento é importantíssimo, pois, se, para desenvolver uma boa estratégia de ensino na educação infantil ou no ensino fundamental é necessário um bom planejamento para executá-lo, esta atitude se torna inevitável quando se trata de educar um aluno autista ou qualquer outro aluno que tenha alguma deficiência, dando assim o suporte necessário para a especificidade de cada um de acordo com seu diagnóstico.

O planejamento é a preparação de uma atividade que está para ser desenvolvida podendo ser de longo ou curto período.

O planejamento é, então, uma ferramenta para transformar a realidade e deve, para ter eficiência e eficácia, ser a prática do

método científico, com a busca de conhecer a realidade, acrescida daquela de transformá-la. (GANDIN, 2013. P. 34).

O planejamento acontece em todo e qualquer lugar que precise de organização. Segundo GANDIN, 2013 [...] o planejamento passa a ser uma das preocupações de instituições, grupos, movimentos, organizações não governamentais: podemos dizer que ela se universaliza.

Para planejar é preciso ter objetividade naquilo que se supõe fazer e foco para realizá-lo. Nesta perspectiva, GANDIN (2013) afirma que o planejamento não pode fugir aos detalhes porque necessita de clareza e precisão. Os modelos, as técnicas, os instrumentos precisam ser o mais perfeito em seus pormenores, pois é de uma série de pormenores que se constrói algo de grandeza importante, trazendo uma facilidade na prática.

Para quem precisa planejar, além da objetividade precisa ter atenção e coerência. De acordo com GANDIN (2013), para chegar à prática eficiente e eficaz, o planejamento é baseado em passos e seqüências que trazem a lucidez do método científico, onde se descobre os problemas e os desafios da realidade, construindo um diferencial e propondo uma nova prática para dar conta, em parte, pelo menos, aos desafios identificados.

Para melhor conclusão, observamos que o planejamento é necessário. Porém torna-se impossível defini-lo em uma só palavra pela complexidade que traz.

O planejamento é, de fato, um trabalho coletivo; desde que o mundo reconhece o valor das diferenças entre os humanos e que, dentro disto, estabelece a busca de igualdade, a idéia de participação não é mais um enfeite, mas uma necessidade. (GANDIN, 2013. P. 28).

Quem utiliza o planejamento como ferramenta em seu cotidiano, demonstra interesse em organizar ações que irão acontecer no futuro, aumentando a sua eficácia e racionalidade.

Citando um dos teóricos estudados ao longo do curso de Pedagogia e trazendo suas contribuições para a Educação Especial, Froebel fala da atenção que devemos ter com a criança em sua fase inicial na sua primeira infância. Para ele, a criança deve ser vista e tratada como uma planta, que precisa de cuidados e atenção especial para que cresça saudavelmente. Essa atenção e cuidados voltados para o aluno autista tornam-se imprescindíveis para fazer o diagnóstico inicial e detectar o

nível de autismo em que ele se encontra. Froebel também defende a idéia de que brincando é possível aprender. Este ponto é crucial para o desenvolvimento da criança autista, pois, a ludicidade presente no processo de aprendizagem da criança propicia melhor desenvolvimento cognitivo, físico e social. Isto se encaixa perfeitamente quando se trata de trabalhar e estimular a autonomia da criança autista, falarei mais no tópico sobre autonomia.

Agora vamos analisar também o procedimento de avaliação, que julga os dados importantes visando à tomada de decisão do professor. Qual o processo de avaliação que mais devemos utilizar em sala de aula? Muitas são as indagações sobre esse quesito, sobre o que seria certo ou errado, ou ainda o que seria cabível e/ou suficiente. Se pararmos um pouco para analisar, perceberemos o quanto que esse tema está presente no nosso dia-a-dia. Se eu preciso passar por uma seleção, seja para um curso, concurso ou até mesmo um emprego, o procedimento utilizado é uma maneira de me avaliar. Um projeto para ser aprovado precisa ser analisado antes de sua execução. Estes são apenas simples exemplos de tantos outros que existem no nosso cotidiano, que são constantemente medidos, analisados, verificados, ou melhor, avaliados seja pelos outros ou até mesmo por nós.

Aprendemos que desde cedo somos submetidos a processos de avaliação. Exemplo disso são aquelas famosas provinhas guardada desde o jardim de infância. Mas será que a prova por si só, é capaz de avaliar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno? Não! Devemos investigar o processo de avaliação, não apenas no momento da prova, mas nos exercícios, nas respostas que as crianças dão às questões apresentadas pelo (a) professor (a), como também nas micro avaliações que são feitas a cada dia, em situações e com crianças diferentes. Ou seja, a avaliação pode ser feita de forma diversificada. No caso do aluno autista então, isto deve ser mais que preciso. Um dos alunos que fiz o estudo de caso, por exemplo, não consegue ler nem escrever sozinho, ele ainda é capaz de reproduzir o que está escrito num livro, caderno ou na lousa, mas não faz a leitura. Enquanto meu aluno, ele realizou prova sim, com bastante dificuldade, mas não utilizei apenas esse procedimento para avaliá-lo, me certifiquei de outros meios e observei qual era seu ponto mais forte para poder extrair seu conhecimento sobre determinados assuntos, a oralidade era o ponto chave para tal realização.

Aplique a prova, mas também busque outros métodos para avaliar aquele que não se saiu bem. Não limite o conhecimento apenas a um papel com respostas já

esperadas por você, afinal você bem sabe que tem momentos em sua vida em que está tão frágil e isso acaba interferindo em outra área, mesmo assim não resulta dizer que fracassou. Nós, como alunos, temos esse direito. Nós, como professores, temos o dever de não negar esse direito ao nosso aluno.

A luta incessante de muitas famílias na busca pelos direitos de seus filhos autistas resultou no sancionamento da Lei nº 12.764/2012 – Lei Berenice Piana. Foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Dilma no dia 28/12/2012 representando um avanço na trajetória de luta pelos direitos dos autistas. Esta Lei, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, eliminando qualquer forma de discriminação, reafirma todos os direitos de cidadania que se refere à educação, proteção social, ao trabalho e às provisões de serviços que propiciem igualdade de oportunidades deste público alvo. Em seu 2º art. detalham-se as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que envolve a intersetorialidade no desenvolvimento de ações, políticas e atendimento à pessoa com TEA; atenção às necessidades de saúde e o acesso a medicamentos; o estímulo à inserção no mercado de trabalho, observando as peculiaridades da deficiência; e ainda o incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados para o atendimento às pessoas com o transtorno.

Para finalizar este tópico, quero comentar um pouco sobre a relação de cuidar e educar, que deve ser primordial no processo de aprendizagem presente na educação de nossas crianças. Destacamos da RCNEI (1988), que para cuidar é preciso haver comprometimento com o outro, atendendo às suas necessidades e confiando em suas capacidades. Não basta apenas cuidar, é preciso também educar, pois estas ações estão interligadas.

Analisando esse cuidar e educar com a prática pedagógica direcionada ao aluno autista, a Lei 12.764/2012 em seu Art. 3º, parágrafo único, relata que, se for comprovada a necessidade, a pessoa com TEA que está incluída na classe comum de ensino regular, terá direito a um acompanhante especializado. E a Lei Brasileira de Inclusão deixa explícito em seu Art. 3º do primeiro capítulo, parágrafos XII e XIV,

XII – atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades

diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV – acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal. (Lei 12.764/2012, p. 22).

Esse acompanhante, também chamado de cuidador deve ser o principal mediador para que essa relação de cuidar e educar aconteça. E quando não há aceitação por parte da família e fica impossível contar com a presença desse mediador? O que se deve fazer? Esse tem sido nosso maior desafio! E estamos lutando para superá-lo de maneira esplêndida para que assim possamos ajudar tantos quantos precisem. Digo isso porque vivenciamos este fato. Desde o início do ano letivo, tínhamos conhecimento da dificuldade do aluno e sabíamos também que sua família não aceitava a condição dele ser autista. Isto dificultou bastante meu trabalho, e, sem experiência, pois até o momento não havia trabalhado com nenhum aluno autista nessa faixa etária, fui desafiada a buscar alternativas para tentar amenizar a dificuldade enfrentada pelo mesmo e propiciar um ambiente favorável para o desenvolvimento da sua aprendizagem. Não foi nada fácil, isto eu afirmo! E o que ajudou foram as disciplinas da área de aprofundamento em Educação Especial, através do qual obtive ensinamentos que pude aplicar usando atividades diversas com toda a turma, melhorando assim meu planejamento e fazendo, ao mesmo tempo, com que todos se tornassem mediadores do aluno autista, pois a cada atividade realizada sempre tinha quem queria ajudá-lo.

## ***2.2 Autonomia: uma construção individual***

A educação vai desenvolver na criança os princípios básicos da moralidade social, quer seja, disciplina, autonomia e/ou socialização. E para que isso seja bem assimilado, o educador precisa provocar essa transformação fazendo com que o educando desenvolva sua capacidade de pensar e agir a partir de suas vivências. É isso que Paulo Freire retrata quando diz:

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (FREIRE, 2014, p. 42).

“Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas.” (FREIRE, 2014). É por isto que o desafio continua para o educador, que precisa exercer um planejamento transformador permitindo às crianças sua total independência. E, isso ocorre diretamente no relacionamento interpessoal que deve existir entre o professor e o aluno, a fim de juntos caminharem no descobrimento do aprendizado significativo, ou seja, um aprendendo com o outro todo dia.

Para o aluno autista, o que mais buscamos desenvolver através dos procedimentos educacionais é a sua autonomia. Autonomia desenvolvida através do brincar. Aí você se pergunta: brincar? E te dizemos: brincar sim! Como Froebel mesmo dizia, é brincando que se aprende. A brincadeira vai fazer a criança explorar um mundo “desconhecido” de maneira prazerosa facilitando e aprimorando seu desenvolvimento cognitivo, social e físico. E, partindo desse desenvolvimento, ela começa também a desenvolver sua autonomia. Para uma turma de 4º ano, minhas aulas começaram a “parecer” com uma sala de educação infantil, pois foram ficando cada vez mais dinâmicas. Claro que não perdia o foco, colocava sempre as dinâmicas no nível da turma e isso me ajudou bastante. Até quem não tinha diagnóstico de alguma deficiência, mas, tinha dificuldade de aprendizagem e acompanhava o procedimento utilizado como estratégia de ensino, foi melhorando em seu desenvolvimento cognitivo. As vivências dos alunos autistas, seja através do brincar ou de atividades lúdicas aplicadas dentro ou fora da sala de aula, vão fazê-los pensar e agir e, posteriormente, se tornarão autônomos de suas ações. Destacando mais uma vez: não é o brincar por brincar, mas o educador precisa direcionar esse brincar com objetivos que favoreçam o desenvolvimento de cada aluno.

Lembro-me que, quando uma professora começou a aplicar algumas atividades com um aluno autista de 4 anos, que ficava sempre passeando no pátio da escola, ele começou a obedecer sua rotina (que antes não tinha) e, simultaneamente passou a agir com mais autonomia, o que comprometeu na melhora de seu comportamento. Atendia quando alguém lhe chamava à atenção, respeitava seus horários: de brincar, fazer tarefas, tomar banho e comer, ao observar ou outros colegas brincando na hora do intervalo e via algo “fora da regra” tentava avisar para alguma professora que estivesse por perto e muitas vezes ele próprio alertava o colega que não podia fazer aquilo. Ainda com todas as suas características (próprias

do autista) aos poucos tem se tornado um menino mais dócil, meigo e brincalhão. Este é o resultado que o professor quer ver em retorno ao seu esforço. Por este motivo é que tudo está interligado. Um bom educador(a) precisa investir em diversas estratégias de aprendizagem, visando um planejamento adequado que atenda às necessidades de seus educandos. Nem eu nem você somos capazes de fazer isso sozinho. A comunidade escolar deve estar unida, os gestores precisam apoiar e principalmente a família precisa dar o suporte para que essa aprendizagem seja significativa e tenha sucesso. Pois, de quê adianta se a criança é acompanhada apenas nas 4 horas que frequenta a escola e, quando sai daquele ambiente, não recebe o estímulo que lhes é necessário? Neste caso o caminho se torna mais longo e quem mais se prejudica é a própria criança.

Para a criança autista o estímulo é muito importante, é a partir dele que ela vai começar a se desenvolver. E os profissionais que trabalham na educação dessas crianças precisam se empenhar na busca de meios que viabilizem esse desenvolvimento significativo, isto se deve especificamente pela presença da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que falarei no capítulo II deste trabalho.

### **2.3 O envolvimento da família**

Um dos primeiros passos que facilita a atuação do profissional na educação, principalmente na inclusiva, é o apoio da família junto à escola, para que ambas possam trabalhar juntas. Essa união facilita qualquer desenvolvimento pedagógico, pois, caso se tenha alguma dificuldade e todos os envolvidos se mobilizem para tentar solucionar, com certeza o retorno será satisfatório já que os sujeitos envolvidos estão em concordância.

A escola por sua maior aproximação com as famílias constitui-se em instituição social importante na busca por mecanismos que favoreçam um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a essa sociedade. Segundo Paro (1997, p. 30), pesquisador que realizou um estudo sobre o papel da família no desenvolvimento escolar de alunos do ensino fundamental, a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais,

para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas.

No Estatuto da Criança e do Adolescente no capítulo IV, Art. 53, parágrafo único - é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. E, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146 – em seu Art. 27º, parágrafo único, diz que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade garantir educação de qualidade para a pessoa com deficiência, eliminando qualquer forma de violência, negligência e discriminação. Desta forma, podemos perceber que a participação da família na escola não é algo atual e exclusivo para famílias que não tenham filhos com deficiência e sim, uma maneira propícia que tem por objetivo unificar todos os sujeitos envolvidos na educação, a fim de viabilizar de modo coerente o processo educacional pelo qual todos têm direito, mas, que não tem estimado sucesso se apenas uma das partes faz o seu dever. Isto deve ser indiscutivelmente aplicado a todo nível de educação, seja ela inclusiva ou não.

Os benefícios de uma boa integração entre a família e escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos. A participação da família na educação do aluno vem sendo subestimada em diferentes culturas. Muitas vezes o ambiente familiar é negligenciado como o iniciador e promotor das práticas de leitura e escrita; no entanto, os elementos lingüísticos e da escrita são trabalhados antes, durante e depois da vivência escolar, no contexto familiar. Todavia, em muitos casos, a escola não considera e nem aproveita tais experiências no seu currículo e no desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno.

Na Lei das Diretrizes e Bases (LDB), no Art. 12, inciso VI, – articula-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; também no Art. 12, inciso VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e se for o caso, os responsáveis legais, sobre a freqüência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

Podemos perceber que ainda hoje as escolas não estão preparadas para lidar com o envolvimento familiar. É necessária a compreensão do ambiente escolar para o envolvimento da família na educação, visando que o desenvolvimento do aluno não está restrito apenas ao ambiente familiar ou à escola, mas na junção de ambas.

Tenho dois exemplos que comprovam a diferença no desenvolvimento do aluno que os pais acompanham no processo educacional junto com a escola e o que não acompanha. Primeiro cito o que está a mais tempo na escola. Os pais até tentaram fazer um acompanhamento inicial, por causa da exigência da escola para poder matriculá-lo, mas não continuaram e não aceitavam que o filho precisava de um acompanhamento. Quando procuramos a mãe para informar a dificuldade do aluno e que precisava ser feito um procedimento diferente com ele, ela apenas ignorou e não queria mais levá-lo para a escola julgando que ele não aprenderia mais. No segundo caso, procuramos a mãe de um aluno de 2 anos que já tinha o diagnóstico de autista, pedindo permissão para observar o desenvolvimento do seu filho em algumas atividades que seriam realizadas na escola. Esta, por sua vez, foi totalmente diferente da primeira. Deixou-nos à vontade para fazermos as observações e falou um pouco sobre seu acompanhamento ao filho desde a descoberta. Resultado: o menino está cada vez mais desenvolvendo suas habilidades e autonomia, isso por causa da participação da família junto com o ambiente escolar. Porque ele não está sendo estimulado apenas na escola, mas também em casa, pois os pais sempre estão pesquisando e procurando estratégias para melhorar seu desenvolvimento. Claro, não quero comparar aqui as idades das crianças e sim o quanto o envolvimento da família contribui em seu desenvolvimento.

A família e a escola devem ser compreendidas como uma condição indispensável à efetivação quando há participação dos pais na aprendizagem dos alunos, portanto, à medida que a escola abrir espaços e criar mecanismos para atrair a família para o ambiente escolar, novas oportunidades com certeza irão surgir para que seja desenvolvida uma educação de qualidade, sustentada por essa relação, pois, sabendo que toda pessoa tem direito a educação, os pais deveriam proporcionar uma melhor educação para seus filhos.

## **3 CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **3.1 Educação Especial no contexto histórico**

A educação especial é uma área da educação que tem por objetivo desenvolver trabalhos qualificados e especializados para pessoas com deficiência, seja ela física ou mental, adquirida ou hereditária. O nascimento dessas crianças pode ocorrer em qualquer tipo de constituição familiar, das tradicionalmente estruturadas às menos favorecidas de todas as classes sociais. Na tentativa de amenizar o preconceito e dar sentido à inserção social dessas crianças, tem recebido diferentes denominações ao longo do tempo – excepcionais, portadores de deficiência, portadores de necessidades especiais e, atualmente pessoa com deficiência. A educação especial no Brasil tem correspondido a um campo de trabalho delimitado por certas formas de compreensão na organização educacional e política da própria sociedade. Análises feitas através de estudos sobre a educação especial desenvolveu regras próprias que influenciaram diretamente na formação de profissionais da área, sendo necessária sua formação especializada para poder trabalhar com esse público.

Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Especial (2013, p. 282 - 284), a Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e deve ter o AEE como parte integrante do processo educacional, sendo necessário um(a) professor(a) habilitado com formação inicial para a docência e formação específica para atuar na Educação Especial, na qual: identificar, elaborar, organizar, acompanhar, orientar e ensinar são suas principais atribuições neste tipo de atendimento.

A educação especial é obrigatória para todas as etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA, educação do campo, educação indígena e educação quilombola. É destinada para: deficiência física, deficiência mental, surdez, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

O número de alunos com deficiência tem crescido cada vez mais e, na tentativa de inserir socialmente esses sujeitos, parte deles freqüentava o ensino regular, mas, não realizavam trabalhos que estimulasse seu desenvolvimento, tornando-se cada vez mais nítida sua diferença.

No Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) as diretrizes estabelecidas apresentam critérios básicos que asseguram, promovem e protegem as condições de igualdade de direitos e liberdade fundamentais para esses sujeitos, visando sua inclusão social. Compete ao Poder Público a preparação e o aprimoramento dos sistemas educacionais para incluir os alunos com deficiência, disponibilizando tecnologias assistivas que são produtos, recursos e serviços que promovem a funcionalidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida visando sua autonomia, independência e qualidade de vida. As adaptações propostas para igualar as oportunidades de direitos humanos que asseguram as pessoas com deficiência se encontram na acessibilidade presente nos espaços de uso público ou privado incluindo mobiliários, transportes e sistemas de tecnologias dentre outros. A acessibilidade exclui qualquer forma de discriminação e garante o direito a atendimento público de saúde, cuidador integral ou parcial, formação profissional e acesso ao ambiente de trabalho.

As tecnologias assistivas são melhores trabalhadas na atuação da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE previsto na LDB como sala de Recursos ou Sala de Multi-meios, é um local que dá suporte ao aluno com deficiência, tem a função de identificar as habilidades do aluno e o objetivo de promover atividades através de recursos adaptados para facilitar seu desenvolvimento. Atende o aluno no horário oposto ao estudo e não deve ser visto como uma sala de reforço, pois, complementa a formação desse aluno tendo em vista sua autonomia e independência na escola e fora da escola. Assim como as salas tradicionais, o AEE precisa seguir um plano, um planejamento, e precisa de profissionais capacitados para não prejudicar o desempenho do aluno. O AEE é um direito para o aluno com deficiência, mas, ainda são poucas as escolas inclusivas que dispõe desse atendimento.

### **3.2 Educação Especial Inclusiva**

É possível vermos hoje no Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência que muitas vezes são discriminadas nos ambientes que frequentam e acabam sendo excluídas. Mas esse processo de exclusão não é de agora, sempre existiu e, na medida em que nascem mais pessoas com alguma deficiência, a estrutura da sociedade marginaliza-as, privando-as de liberdade. Essas pessoas

eram pessoas sem direito, sem atendimento, sem respeito e se tornaram alvo de atitudes preconceituosas.

Quando uma criança nascia com alguma deficiência a situação da família ficava mais séria, porque já sabiam que aquela criança teria alguma limitação e isso fazia com que os pais também se tornassem deficientes, pois, nesta realidade inesperada de preconceito e privação social, de pouca abordagem na mídia e meios sociais, a falta de apresentarem os caminhos a serem seguidos para essa inclusão, falta de orientação e esclarecimento dos métodos cabíveis que estimulassem o desenvolvimento da criança deixava esses pais sem saber o que fazer e, sendo sua função de pai ou responsável a intermediação na integração e inclusão de seu filho junto à comunidade, com todas estas objeções, isto se tornava impossível. O medo tomava conta, vinha logo o sentimento de culpa e rejeição, a preocupação com o futuro do filho. A realidade daquela família mudava, pois, recebia algo que não era previsto, um filho, com limitações, precisando de cuidados redobrados, sofrendo preconceito e sem possibilidade de desenvolvimento. Suas vidas seriam diferentes, passariam a viver literalmente pelo filho(a), sem apoio, sem orientação e isso os motivou a lutarem por esses direitos.

Educadores e pais buscaram promover a inclusão nas escolas a fim de resgatar o respeito e a dignidade humana para possibilitar o desenvolvimento dessas pessoas. Movimentos nacionais e internacionais também buscaram formular uma política que assegurasse os direitos para uma educação inclusiva. Foi na Conferência Mundial de Educação Especial, na cidade de Salamanca, Espanha, em junho de 1994, que o evento resultou na “Declaração de Salamanca” trazendo reflexões e mudanças para aquela realidade. Na qual diz,

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade

inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (1994, p. 01).

A inclusão escolar começou a se fortalecer com a Declaração de Salamanca, mas isso não foi suficiente para eliminar todos os problemas de marginalização que essas pessoas enfrentavam. A exclusão acontecia desde o momento do nascimento e até o período de escolarização não era tempo suficiente para eliminá-lo. A luta continuou e novas Leis foram formuladas. Sendo o foco deste trabalho, o Transtorno do Espectro Autista, umas das primeiras foi a Lei Berenice Piana – Lei nº 12.764/2012 – voltada para os direitos de crianças autistas, também tem o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) e recentemente aprovada, a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/15, recentemente aprovada, mas que tem sua trajetória desde o ano 2000, baseada na Convenção dos direitos das Pessoas com Deficiência, não foi criada para ser mais um documento, mas sim para aprimorar as Leis já destinadas à pessoa com deficiência e desta forma contribuir transformando alguns decretos em Leis. Uma de suas finalidades foi possibilitar a redução das dificuldades existente na acessibilidade enfrentada por essas pessoas em meio a uma sociedade excludente. Também, tomando como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Lei incumbe aos poderes públicos a obrigação de garantir esse ensino aos alunos com deficiência, facilitando sua integração na sociedade, independente de suas condições físicas, sociais e culturais.

É por isso que as escolas inclusivas devem impulsionar essa mudança, para que o aluno seja tratado com igualdade e sem discriminação, para que tenha acesso a todas as suas possibilidades de desenvolvimento, tanto no cognitivo quanto no social.

O currículo das escolas inclusivas deve ser organizado de maneira flexível, a fim de facilitar a integração desses alunos. Um fator importante é o respeito dos educadores aos ritmos da aprendizagem de cada aluno, quer apresentem mais facilidade ou mais dificuldade durante esse processo. Devemos parar e pensar: Como tem sido a vivência e o relacionamento desses alunos, que tem alguma deficiência, dentro do ambiente escolar e da sociedade? Até que ponto, o que

pensam ou falam sobre suas experiências, interfere nessa relação entre escola e comunidade? São questões a serem analisadas.

Para que haja interação entre professor-aluno, principalmente alunos com deficiência, é necessário que o professor e a comunidade escolar tenham conhecimento do que é deficiência e quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada uma, para que ele seja tratado com respeito e consideração. Também é necessário que busquem alternativas que favoreçam o desenvolvimento do aluno, para que ele frequente um ambiente adequado e tenha atividades apropriadas de acordo com sua especificidade, isso é possível com a presença da sala de AEE, que foi criada exclusivamente para auxiliar na aprendizagem dessas crianças.

Hoje, algumas escolas e universidades que formam professores, abordam adequadamente a questão da deficiência em seu currículo e isto é indispensável. Também é importante que o professor, que vai trabalhar diretamente com o aluno, procure saber do diagnóstico e prognóstico do aluno com deficiência, para traçar estratégias junto com os profissionais que o acompanham. Mais uma vez notasse a necessidade da interação entre família e escola para trabalharem juntas no desenvolvimento da criança com deficiência.

### **3.3 Entendendo o Autismo ou Transtorno do Espectro Autista**

O autismo antes considerado como uma síndrome do distúrbio do desenvolvimento e hoje, de acordo com o Manual de Saúde Mental – DSM-5, que é um guia de diagnósticos de transtornos mentais, engloba-se com todos os distúrbios relacionados: Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Síndrome de Asperger, transformando-se em um único diagnóstico chamado *Transtorno do Espectro Autista* – TEA é um distúrbio relacionado ao desenvolvimento do cérebro que pode ocorrer antes, durante ou após o nascimento e apresentam características como: dificuldade na interação social, na comunicação verbal e não verbal e comportamentos repetitivos.

O psiquiatra Leo Kanner, em 1943, trouxe os primeiros estudos sobre o autismo enquanto estudava um grupo de 11 crianças com características e comportamentos diferentes dos já conhecidos. Segundo Rodrigues e Spencer (2015, p. 21), as características observadas variavam nos desvios das relações

interpessoais, da linguagem, da motricidade, da percepção e de outras patologias associadas ao distúrbio. As características, mesmo distintas, variam de pessoa para pessoa podendo ser diagnosticadas precocemente ou tardiamente como também o estímulo, realizado de forma correta e o quanto antes, pode intensificar o desenvolvimento da criança autista fazendo com que a mesma se torne um adulto “normal” com comportamentos tipicamente aceitáveis socialmente. Mas vale lembrar, cada caso é um caso; isto não se torna uma regra geral.

O Transtorno do Espectro Autista – TEA está classificado atualmente em 3 graus: leve, moderado e severo e seus sinais podem aparecer entre os 2 ou 3 anos de idade, sendo mais comum no sexo masculino do que no feminino. A origem se deve a diversos fatores podendo ser suas causas genéticas, neurológicas ou ambientais.

Ainda segundo Rodrigues e Spencer (2015, p. 67), referente ao atendimento do aluno autista, é importante estabelecer metas pedagógicas, objetivos a serem atingidos a médio e longo prazo e metodologias especialmente direcionadas para o autista, podendo ser uma programação aplicada individualmente, em dupla ou em pequenos grupos, isto dependerá da habilidade do educador de controlar as situações inesperadas a fim de que os indivíduos aproveitem o máximo do atendimento disponibilizado. No livro *A Criança Autista um estudo psicopedagógico* (ver no item referência), é possível encontrar formas de intervenções psicopedagógicas para o trabalho com o aluno autista como exemplo: TEACCH – Tratamento e Educação para autistas e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação; ABA – Análise Aplicada do Comportamento; Sistema de comunicação por meio de troca de figuras; programa *Son-Rise* e Ambientes estruturantes.

Finalizando este tópico, volto à discussão referida durante o trabalho, se tratando do estímulo para desenvolver a autonomia do aluno, desta feita citarei mais uma vez Rodrigues e Spencer (2015, p. 76), dizendo que trabalhar naquilo que o autista direciona a atenção significa motivá-lo a estabelecer vínculos de convivência entre pessoas, mesmo que seja em escala de avanços e retrocessos.

#### 4 CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO

Neste trabalho, a metodologia utilizada foi um estudo de caso realizado numa escola de rede privada com alunos autista, o que motivou o aprofundamento no assunto foi as atividades realizadas durante as disciplinas da área de aprofundamento em educação especial, com a professora e atual orientadora, Janine Marta Coelho Rodrigues.

O acompanhamento foi realizado na Escola Paradise com alunos autistas de séries e idades diferentes. Aluno 1: P. P. aluno do 4º ano, 10-11 anos de idade; foi realizado observações e atividades com funções avaliativas para avaliar seu desenvolvimento. Aluno 2: P. M. aluno de 4 anos, tem dificuldade de permanecer na sala de aula (ficaria no maternal) e geralmente fica pelos corredores e pátio da escola; foi observado seu desenvolvimento a partir de atividades realizadas com outros professores . Aluno 3: A. V. aluno de 2 anos e 6 meses, freqüentando o berçário; foi observado seu desenvolvimento a partir de atividades realizadas com outros professores.

**Aluno 1, P. P.:** aluno do 4º ano tinha o diagnóstico do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), este diagnóstico foi solicitado pela escola assim que o aluno iniciou suas atividades escolares e, desde então, não houve nenhuma modificação ou alteração que comprovasse o acompanhamento do aluno em um especialista. Com base no acompanhamento dos professores ao longo dos anos em que o aluno freqüenta a escola percebemos e identificamos características distintas do TEA e focando nisto é que fizemos todo o procedimento elaborado neste trabalho.

Durante as observações, pudemos perceber inúmeras dificuldades no aluno em relação ao seu comportamento/desenvolvimento frente a todas as atividades realizadas no dia a dia escolar e começamos nosso estudo para poder intervir e acompanhá-lo mais de perto.

Inicialmente foram realizadas observações que acompanhavam o aluno em todas as atividades realizadas. Como escolhi meu próprio aluno, tenho acompanhado seu comportamento desde o início do ano letivo. Como era necessário realizar entrevista com o professor e com os pais, decidi entrevistar uma professora que o acompanhou durante dois anos e meio e também darei minha

contribuição sendo mais uma entrevistada, para que possamos comparar e analisar se houve progresso em alguma área ou mudou o comportamento no ambiente escolar durante todo o período observado. A entrevista com os pais foi a parte trabalhosa, pois a mãe é a principal que freqüenta a escola para deixar ou pegar o aluno e a mesma age como se a criança não tivesse nenhuma dificuldade. Ela não conversa sobre as dificuldades de seu filho e também não se demora no ambiente, sempre rápida e sem conversas, apenas deixa o aluno e vai pegar na hora certa, não gostando de esperar em nenhuma ocasião. Quando é solicitada a sua presença, não comparece e, se liga para saber de alguma coisa é rápida também e sem muito papo. Então, o procedimento que achei ser viável para conseguir essa entrevista, foi incluindo a entrevista como atividade de casa da disciplina de “Orientação Humana” pedindo que todos os alunos a realizassem, ficando sem nota aquele que não fizesse. Optei por isto já que o aluno que mais precisaria trazer esta entrevista se recusou a realizá-la, pois, segundo ele “– A tia quer saber meu segredo! – Não vou dizer o que faço em casa, pois faço coisas diferentes da escola e não quero que ninguém saiba!” Depois tive que explicar pra mãe do que se tratava, que era uma pesquisa para saber o comportamento dos alunos em casa, pois na aula estávamos falando sobre como se comportar em todo meio ambiente. Enfim, consegui.

**Funções avaliadas, descrição das atividades e observação do aluno de modo geral em todas as atividades realizadas.**

## **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO**

Como atividade, escrevi uma história para os alunos escreverem no caderno, logo após, fiz a leitura com eles. O procedimento foi de perguntas para que os alunos identificassem Quem?, Onde?, Quando? e Por quê?. A seguir, teriam que recontar a sequência da história e criar um novo final.

Para o aluno em observação, essa atividade foi realizada com sucesso, pois o mesmo atendeu todos os objetivos propostos. Lembrou dos principais acontecimentos e recontou a história seguindo a sequência apresentada e ainda contribuiu com sua versão final com bastante imaginação.

Material: Quadro, giz, caderno, lápis.

## **MEMÓRIA AUDITIVA**

A segunda função escolhida foi a memória, neste caso, a auditiva entra em destaque, pois, a proposta foi de um bingo de palavras e como o aluno não identifica as palavras, tive que avaliá-lo através deste aspecto.

Para o bingo, os alunos retiraram do quadro algumas palavras (com ge/gi; a gramática que estava sendo trabalhada em sala) para depois ser realizado o sorteio. Ganhava aquele que conseguisse completar a tabela, ficando em primeiro ou segundo lugar. Depois que o aluno escolheu e escreveu as palavras, eu li o que ele tinha escolhido para que ele identificasse quais eram as palavras que estavam no seu papel. Na hora do sorteio, ele ficou bastante atento, sabia quando uma de suas palavras era sorteada, mas, tinha dificuldade de identificar o lugar onde estava escrito (pela dificuldade que tem na leitura). No fim, o aluno foi um dos vencedores e ficou em segundo lugar.

Material: Quadro, giz, lápis e papel do bingo.

## **ATENÇÃO E OBSERVAÇÃO**

Para a função da atenção, a atividade realizada foi uma dinâmica que utiliza apenas uma folha de papel branco com um ponto desenhado no centro. Esta atividade também abrange a observação, portanto considere as duas funções como base para o procedimento realizado.

A dinâmica consiste em perguntar aos alunos o que estão vendo, tendo em vista que não direcionamos a atenção deles para nenhum ponto específico, pegamos a folha e a seguramos na nossa frente com as duas mãos. Enquanto seguramos a folha, mudamos de lugar e continuamos a perguntar o que estão vendo. A reação esperada é que, na medida em que mudamos nossa posição no espaço (o professor se movimenta em diferentes lugares da sala de aula), o aluno, de início, observe apenas o ponto que está no centro da folha e depois comece a perceber que o ambiente ao redor também vai mudando.

A dinâmica finaliza relacionando a observação feita durante a atividade com atitudes presenciadas no nosso dia a dia, principalmente na pretensão que temos de observar apenas o defeito dos outros e dificilmente atentamos para as suas qualidades. O aluno que estava sendo observado, em nenhum momento atingiu os

objetivos propostos, estando em todo tempo distante, como se não estivesse presente a sala de aula.

Material: Folha.

## **IMAGINAÇÃO CRIADORA E OBSERVAÇÃO**

Para essa função, a atividade proposta foi uma dramatização improvisada. Comemorava-se o dia do livro, então falamos sobre Monteiro Lobato e suas principais obras e cada aluno vestiu uma fantasia para fazer uma dramatização que eles criaram na hora de apresentar.

Nesta última atividade, o aluno se saiu perfeitamente bem por ter atingido os objetivos propostos. Ficou atento, esperando o seu momento de atuar e quando esse momento chegou, foi muito feliz (já que a imaginação dele é bastante fértil) e conseguiu finalizar seu papel com sucesso (o aluno interpretou um xerife que expulsava as pessoas que tinham ido assistir uma apresentação de um palhaço na praça).

Material: Fantasias.

### **Registro das observações**

#### **Dia 15/02/17**

Nesse dia foi ministrada aulas de história e geografia. A apresentação do assunto foi dada de forma clara utilizando-se do quadro e fazendo encenações com a própria sala para que os alunos interagissem e compreendessem de forma mais simples o que estava sendo abordado.

O assunto era sobre a colonização e descobrimento do Brasil. Então, utilizando o “faz de conta” nomeei a turma como sendo os índios, eu seria Cabral e a escola se tornou o território do Brasil. Dei costumes e hábitos aos “índios” e também a “Cabral” para que pudessem entender como se deu o processo de “descobrimento(invasão)” do Brasil e o que significava ser colonizado (confesso que realmente aprendi enquanto ensinava, já que história não era meu “forte”). Foi uma aula realmente diferente e a turma estava empolgada, quando eu... – Tia! Porque você está contando essa história? – Eu não estou entendendo nada! Vou sair da sala! Você não está dando aula!... Nossa! Suei ao ouvir aquilo. Parecia tudo estar correndo tão

bem. Havia pensado exclusivamente nele para dar aquela aula. Onde errei? Me perguntei. Perguntei o que ele não estava entendendo e tentei contornar a situação para que pudesse alcançá-lo. Continuei... Quando eu fui falar da relação dos índios com os portugueses e a prática do escambo, utilizei o quadro fazendo um desenho bem simples para que todos pudessem entender como se deu essa relação de troca. Enfim, alcancei a todos e o aluno com a dificuldade se sentiu satisfeito por ter compreendido o que estava sendo exposto.

No início da simulação encenada o aluno alegou que não estava compreendendo, pois, eu estava falando algo que estava diferente do livro (por mais que ele não conseguisse lê-lo), e eu acrescentei que estava coerente sim e que em poucos instantes ele conseguiria compreender o que aquela história toda queria dizer. Durante a encenação ele ainda ficou perturbado, querendo sair da sala e não dando atenção devida para a história (por mais que gostasse de ouvi-las). Ele só tranqüilizou depois que fui explicar no quadro o fim da história, e disse: “– Agora sim você está falando o que está no livro.” E acabou que, no fim da explicação no quadro finalizando a aula, ele queria que continuasse a história. Vê se pode.

Na aula de geografia, o assunto era município então levei imagens (planta da cidade vista pelo satélite) do bairro onde se encontra a escola e apresentei para a turma. Pedi para que observassem as imagens e se conseguiam identificar algo que conhecessem (sem dizer que se tratava do próprio bairro), logo surgiram os comentários e cada vez mais identificavam lugares distintos que freqüentavam no bairro. O aluno observado identificou nos mapas apenas a praça e não conseguiu identificar seu prédio, já que não encontrou nada próximo que o guiasse (pois tem dificuldade para ler). Depois da leitura das imagens dei o conceito de quarteirão, bairro e cidade e todos conseguiram compreender. Solicitei como atividade de casa que fizessem uma maquete representando o quarteirão onde moram. O aluno observado realizou a atividade com sucesso, porém teve dificuldade em distinguir os demais conceitos.

**Dia 17/02/17**

Neste dia as disciplinas foram: produção textual e artes. Na aula de produção textual foi entregue aos alunos uma folha xerocada contendo uma tirinha e eles deveriam continuar a história. Como o aluno que estava em observação não lê nem escreve sozinho, precisei ajudá-lo para que realizasse a atividade. Expliquei o que toda a turma iria fazer e quando terminei fui dar atenção ao aluno. Para que o aluno fizesse a atividade era necessário que na medida em que ele estivesse contando a história eu fosse escrevendo, para depois ele copiar na folha dele. O aluno não consegue ler sozinho, exceto datas, e também não escreve só, além da dificuldade na fala (parece uma criança de 3 a 4 anos aproximadamente), mas consegue copiar de qualquer lugar e conhece as letras do alfabeto. A imaginação é bastante criativa e faz qualquer situação virar uma história fantástica no "seu mundo".

Na aula de artes foi solicitado que os alunos fizessem numa bandeja de isopor (aquela que vem com bolo ou qualquer coisa) uma pintura rupestre, utilizando cola colorida para contornar ou até mesmo colorir seu desenho. Antes das produções artísticas foram apresentados aos alunos diversas imagens de pinturas rupestres para dar base para suas produções. O aluno observado no início da atividade se sentiu incapaz de realizá-la e logo quis desistir, mas com um pouco de conversa e incentivo logo criou sua própria imagem dando-lhe um significado.

Num terceiro momento foi a recreação e neste dia o aluno brincou com alguns colegas, do jeito dele é claro, porém, geralmente seu comportamento é ficar isolado brincando com o "nada", deitado no chão do pátio, mas quando quer brincar, sempre tem com quem brincar, não houve restrições ainda por parte da turma frente à sua dificuldade.

**Aluno 2: P. M.:** aluno de 4 anos, diagnosticado como autista e, segundo a mãe, fazia acompanhamento no psicólogo desde a descoberta. Observamos que desde o início do ano letivo o aluno tem mostrado bastante dificuldade de permanecer na sala de aula; bastante agressivo principalmente com as crianças menores, não gostando de correções e nem de ser contrariado; com dificuldade na fala que se tornava quase impossível compreender o que queria dizer. Gostava de brincar sozinho, com seus ursinhos de pelúcia e quando estava chovendo ficava deitado no chão molhado de um dos pátios. A tentativa de socializá-lo com as outras crianças era sempre frustrada, pois sempre resultava na agressão aos colegas. Não atendia quando alguém lhe chamava e nem olhava nos olhos das pessoas, uma vivência dificultosa que exigiu de nós mais atenção e esforço para tentar fazer o aluno socializar com o ambiente escolar.

A partir da intervenção de uma psicóloga que começou a acompanhá-lo na escola em um dos horários, já que o mesmo permanecia na escola em horário integral, o comportamento desse aluno foi mudando. A atuação de outras professoras também facilitou em seu desenvolvimento, pois durante as atividades lúdicas que realizavam com seus alunos (do maternal ao jardim) de alguma forma conseguiam com que o P. M. participasse, mesmo sendo em sua não totalidade.

**Funções avaliadas, descrição das atividades e observação do aluno de modo geral em todas as atividades realizadas.**

## **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO**

A atividade trabalhada foi a história dos três porquinhos: foram impressas as imagens dos porquinhos, do lobo e das casas, recortadas e coladas em caixinhas de cola colorida (que já estavam encapadas com papel colorido); os personagens colados em palitos de picolé, possibilitando movimentá-los de uma casa para outra e o lobo fixado em um copo descartável, também coberto com fita colorida, proporcionando uma melhor compreensão dos personagens. Material pronto, mãos à obra!

Foi contada a história e o aluno, com bastante atenção, observava e ouvia atentamente. Já conhecia a história, o que facilitou na sua recontagem. Após o término da contagem da história, foi pedido que o aluno repetisse a história

utilizando o material confeccionado. Ele contou do jeito dele e conseguiu seguir a sequência lógica da história sem deixar de lado os sons provocados pelo lobo ao soprar as casas.

### **ATENÇÃO E OBSERVAÇÃO**

Ao longo do ano foi trabalhado com os alunos um projeto relacionado ao meio ambiente levando em consideração os quatro elementos: terra, água, fogo e ar. Sendo assim, periodicamente, os alunos ensaiavam para apresentações no teatro e em outros eventos da escola sempre utilizando dança e música. O aluno P. M. fazia questão de participar de todos os ensaios e acompanhava a coreografia de acordo com o que a professora ensinava e ainda dizia quando algum colega não estava na posição ou fazendo o passo corretamente.

Ficou nítido que o aluno observado consegue se concentrar, sem nenhum esforço exagerado, em atividades que envolvem a música e movimentos do corpo; este ponto deveria ser acatado pelo professor que trabalha com o mesmo para que o aluno desenvolvesse ainda mais suas habilidades.

**Aluno 3: A. V.:** aluno de 2 anos e 6 meses, estudando na sala do berçário, acabara de ser diagnosticado autista. Não gostava de ficar na escola, não socializava com as outras crianças, chorava ainda mais quando tinha muito barulho no ambiente, não olhava nos olhos e não atendia quando lhe chamavam.

Um fator importantíssimo e que chamou a nossa atenção foi a posição que a mãe tomou a partir do momento da descoberta do diagnóstico do filho. Foi pesquisar sobre o assunto, começou o acompanhamento na psicóloga e Terapeuta Ocupacional, além de começar a desenvolver recursos que ajudariam no desenvolvimento do filho sabendo que o mesmo poderia sair desse quadro e ser considerado uma criança sem nenhum transtorno. Apoiada no relato de mães que deram seus testemunhos a respeito da saída de seus filhos do TEA, essa mãe não descansou nem perdeu oportunidade de fazer o que fosse possível para estimular o desenvolvimento de seu filho, na esperança de um dia também poder dar sua contribuição ajudando outras mães que se encontrassem na mesma situação.

A agilidade da mãe fora da escola e as atividades realizadas pelas professoras dentro da escola criaram um vínculo de estímulos que proporcionaram o desenvolvimento do A. V. Citando apenas a descrição de algumas atividades trabalhadas pelas professoras envolvendo a coordenação motora, lateralidade, noção de espaço e atenção teve: bambolês no chão formando um caminho e no centro tinha um balde pendurado onde as crianças deveriam recolher as bolinhas espalhadas pelo chão e colocá-las dentro do balde que estava suspenso; bambolês nas cadeiras tornando um obstáculo para as crianças atravessarem por cima ou por baixo; o barbante no chão formando uma ponte para que as crianças atravessassem.

O aluno A. V. participava de todas as atividades; tem melhorado sua coordenação, equilíbrio e tem cada vez mais se socializado com as outras crianças. Já é possível perceber a mudança em seu comportamento no que diz respeito a atenção e socialização. Já atende quando alguém o chama pelo nome, brinca como qualquer criança de sua idade, já começou a imitar o que as pessoas que estão à sua volta fazem e também lhe olha nos olhos quando fala com ele.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser professor (a) é um desafio. Não tem receita. Aprendemos a sermos melhores no dia a dia, na convivência, presenciando e vivendo as situações. Não é fácil, é uma tarefa árdua. Uma missão. Uma escolha! Escolha que não faz pensar no que quero para mim e sim no que posso dar de mim a fim de provocar mudança no outro; no meu aluno. É buscar aprender mais para saber como agir nos diversos acontecimentos que podemos enfrentar. Nem tudo terá resposta certa e é por isso que a prática pedagógica não é algo fácil, e, por mais que seja uma área que sofre certo tipo de discriminação e reconhecimento, ainda assim é a base que sustenta os caminhos que todos percorrerão. Percebemos então a importância de relacionar a teoria com a prática, pois, o ato de ensinar envolvendo todos os processos educacionais necessários para o desenvolvimento da aprendizagem significativa de nada adianta se primeiro não foi feita a aquisição do conhecimento.

Em vista dos argumentos apresentados neste trabalho sobre as práticas pedagógicas do educador, onde detalhamos o ato de planejar e avaliar os educandos voltados para o trabalho com o aluno autista, afirmamos que o cuidar e educar articulados ao planejamento estratégico utilizado na educação infantil viabiliza a autonomia e independência da criança, a partir do simples ato de criar, construir e produzir. Prova disto foram os resultados das atividades elaboradas e aplicadas pelas professoras com os alunos autistas de diferentes idades e que repercutiram positivamente em seus desenvolvimentos mesmo sem a presença da sala de Atendimento Educacional Especializado que ajudaria nesse procedimento. E quanto à presença desta sala de AEE nas escolas como obrigatoriedade, a falha estaria na instituição ou no sistema? Eis aí uma boa sugestão para um próximo trabalho.

Percebe-se dessa forma, que a interação família/escola é necessária para que ambas conheçam suas realidades e busquem caminhos que permitam facilitar o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho/aluno. Como exemplo, temos os casos que pesquisamos e é notável o desenvolvimento diferenciado de cada criança. O aluno P. P. mesmo com a coordenação motora fragilizada, bastante dificuldade na fala, na leitura e na escrita e com essa idade, tem progredido e não é mais aquela criança que ficava brincando sozinho num canto; tem se socializado e participa das brincadeiras juntos com outros colegas ainda que de vez em quando

apareçam algumas características autísticas como o riso inesperado e sem sentido e desatenção como se estivesse em outro mundo; se os pais tivessem procurado atendimento e acompanhamento desde cedo, estas falhas poderiam estar corrigidas. O aluno P. M. mesmo a família aceitando, ainda precisa de um acompanhamento mais rígido, pois o estímulo proporcionado pelo ambiente escolar não é suficiente pra seu desenvolvimento integral isso tem se tornado evidente durante toda nossa pesquisa, mas o mesmo tem se mostrado bem atencioso e observador e já é uma criança mais calma; gosta de abraçar os adultos e de brincar com os colegas (que antes eram orientados a não chegarem perto dele por causa de sua agressividade). Já o aluno A. V. com todo o acompanhamento feito pela família junto à escola, tem progredido bastante e, ao que consta em uma última conversa com seus pais, falta pouco para que ele saia do Espectro – numa escala de 1 a 10, no número 3 a criança não teria mais o transtorno, o A. V. se encontra no número 3,5 – tudo isso graças à mãe que procurou ajuda e não permitiu que apenas a escola fizesse seu papel. Diante disto, o ideal é que a família e a escola tracem as mesmas metas de forma simultânea propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venham criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Portanto, concluímos dizendo que é imprescindível que todos se conscientizem e se sensibilizem na tentativa de ajudar esses sujeitos buscando formas de inseri-los socialmente na comunidade ou em qualquer ambiente que estejam. Mesmo com suas especificidades, já identificamos quais meios nós seguiremos para incentivá-los e estimular seu desenvolvimento mesmo sabendo que não é tarefa fácil por causa de seus diagnósticos que não são controláveis. Os autistas, assim como nós, são pessoas capazes de amar, receber e dar afeto e isto depende de nossa perseverança em querer ajudá-los; eles esperam por nossa ajuda e a satisfação é tamanha que acabamos nos apaixonando por esses seres singulares. A discriminação, o preconceito começa em nós, se nos acomodarmos e não fizermos nossa parte o mundo jamais se tornará melhor e habitável. Nossa contribuição está para além da sala de aula, além da nossa casa, além da nossa comunidade. Precisamos percorrer todos os espaços aproveitando que não temos as mesmas limitações que as pessoas com deficiências possuem; seja divulgando na mídia, fazendo palestras ou organizando grupos de apoio para essas famílias que precisam

da nossa ajuda e que muitas vezes não sabem o que fazer ou como lidar com a deficiência de seu filho.

Para os profissionais da educação, repito, cada um precisa exercer seu papel, mesmo com todos os direitos reservados para as pessoas com deficiência sabemos que nem sempre encontramos tudo bonitinho na prática. É necessário se apoiar às teorias para ter um maior suporte quando em sua atuação for inevitável a falta do apoio que é essencial para o procedimento educacional unificado. O exemplo de que é possível obtivemos através de nossas pesquisas e intervenções realizadas para este trabalho dando-lhes a prova de que com a ajuda da família, dos educadores e da sociedade isto é mais que possível e sem a presença de uma destas partes, mesmo que seja dificultoso, podemos conquistar parte do progresso desejado. Que através da leitura realizada e dos conhecimentos compartilhados através do exposto, você percorra caminhos nunca antes desbravados na certeza de que é possível alcançar seus objetivos buscando sua plenitude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**A Lei Brasileira de Proteção aos Autistas.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/audiencias-publicas/audiencias-publicas-anteriores/audiencia-2013/audiencia-02.04/apresentacao-1>>. Acesso em 20/10/17.

**BRASIL – LDB / LEI DAS DIRETRIZES E BASES da Educação Nacional, 1999.**

**BRASIL – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 20/10/17.

**BRASIL – Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em 20/10/17.

**BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional.

**BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

**Declaração de Salamanca.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 12/11/17>.

**Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. P. 279 – 284.

**Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação.** Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao>>. Acesso em 20/10/17.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / 7º**, 2010 Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

**Friedrich Froebel, o formador das crianças pequenas**. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/96/friedrich-froebel-o-formador-das-criancas-pequenas>>. Acesso em 20/10/17.

FURLAN, Marta Regina. **A construção do ser criança na sociedade capitalista**. Disponível em <[http://www.academia.edu/7152051/A\\_CONSTRU%C3%87%C3%83O\\_DO\\_SER\\_CRIAN%C3%87A\\_NA\\_SOCIEDADE\\_CAPITALISTA](http://www.academia.edu/7152051/A_CONSTRU%C3%87%C3%83O_DO_SER_CRIAN%C3%87A_NA_SOCIEDADE_CAPITALISTA)>. Acesso em 13/08/2017.

GANDIN, D. **Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

**Gestão, Aprendizagens e currículo como processo social / BRENNAND, Edna Gusmão de Góes, VIRGÍNIO, Maria Helena da Silva (organizadoras)**. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

M. J. Sarmiento. **As culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade**. Disponível em <[http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf)>. Acesso em 13/08/2017.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. [s.l.]: Xamã. 126 p.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

VEIGA, Ilma P. e DAVILA, Cristina (orgs). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2008. P. 13 – 21.

Vídeo: **Evolução do olhar sobre a criança**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AuAHGuzrkGU>. Acesso em 13/08/2017.

## **APÊNDICE A – Entrevista com pais e professores do aluno 1 – P. P.**

A – Entrevista com os pais sobre o comportamento do aluno em casa.

1. Como se comporta em casa?
2. Qual a relação com os irmãos?
3. Dorme bem?
4. Se alimenta bem?
5. Faz tarefas em casa, ajuda?
6. Gosta de estudar, fazer os deveres? Tem dificuldades, pede ajuda?
7. Como se diverte?
8. Tem preguiça de acordar cedo? E de vir à aula?
9. É atencioso com os mais velhos?
10. O que prefere fazer quando está em casa?
11. Toma algum tipo de medicamento?
12. Faz alguma atividade física?
13. Tem facilidade para falar sobre o que está sentindo ou pensando?

### **Respostas**

1. Bem.
2. Normal.
3. Sim
4. Normal.
5. Não.
6. Sim.
7. Internet no celular.
8. Não, não tem preguiça de ir à escola.
9. Sim.
10. Brincar e descansar.
11. Não.
12. Não.
13. Não.

B – Entrevista com as professoras sobre o comportamento do aluno na escola.

1. Como se comporta na sala de aula?
2. Como se comporta no recreio?
3. Qual a relação com os professores?
4. Qual a relação com o professor de educação física?
5. Qual o relacionamento com os colegas da sala? E das outras turmas?
6. Como realiza as atividades na sala? Precisa de ajuda?
7. Tem facilidade para chorar? E sorrir?
8. Tem disciplina na sala de aula?
9. Tem uma boa linguagem?
10. Sabe ler e escrever?
11. Tem dificuldade em alguma disciplina?
12. Xinga ou apelida os colegas?
13. Como age quando está com raiva?
14. É organizado com seu material?
15. Sempre vem para a escola limpo e com roupas limpas?

**Resposta professora 1.**

1. Em sala de aula tem um ótimo comportamento, porém se irrita e fica muito nervoso quando é contrário ou quando um colega fala algo que não gosta.
2. O seu comportamento no pátio durante o recreio é normal, brinca e às vezes apronta como qualquer outra criança. Em alguns momentos fica isolado.
3. Tem uma relação tranqüila e amigável com todos os professores.
4. Com o professor de educação física é normal obedecer a suas orientações durante a aula.
5. Seu relacionamento com seus colegas de sala é um pouco distante, pois fica mais no seu próprio mundo. Com as outras turmas a relação quase não existe, onde brinca ou fala com poucos colegas da sala de aula.
6. Não consegue fazer suas atividades só, porque ainda não desenvolveu a leitura para conseguir escrever o que cada tarefa lhe propõe e as realiza com a ajuda da professora.
7. Tem muita facilidade para chorar, principalmente no momento em que ele fez algo e vai ser avisado aos pais ou quando tem que cumprir alguma coisa que não queira fazer. Muitas vezes observei que fica sorrindo sem motivos ou coisas bobas.
8. Com relação a sua disciplina tem um comportamento como o de qualquer outro colega da sala de aula.
9. A sua linguagem requer um acompanhamento com um fonoaudiólogo, pois para sua idade sua linguagem é limitada.
10. Não sabe ler e só escreve com a ajuda da professora.
11. Tem dificuldades em Português e História.
12. Em alguns momentos gosta de por apelidos não muito agradáveis nos colegas.
13. Fica muito nervoso e agitado.
14. Não, pois em sala de aula deixa tudo largado e só arruma quando a professora pede.
15. Sim, vem para a escola tomado banho e a farda limpa.

**Resposta professora 2.**

1. Meio desatento, porém compreende na maioria das vezes o que está sendo exposto. Às vezes se irrita quando algum colega fala o que ele não gosta.
2. No recreio a maioria das vezes fica em algum lugar isolado brincando sozinho, mas quando quer brincar sempre tem com quem compartilhar.
3. Não é muito de conversa, mas quando quer falar alguma coisa não hesita em falar(mesmo que alguns não entendam o que está dizendo por causa da sua dificuldade na fala).
4. No momento não tem professor de educação física, mas quanto ao professor de capoeira sua relação era sempre a mesma dos demais professores.
5. Seu relacionamento com os colegas é totalmente normal, brinca, arenga, se preocupa e coisas da idade. Com os colegas das outras salas, já tem os escolhidos de algumas brincadeiras e age normalmente com todos.
6. As tarefas são mais demoradas por causa da sua dificuldade em escrever só e ler, sempre tem que ter alguém acompanhando ou ajudando-o.
7. Quando alguma coisa ameaça sair da sua rotina, começa a chorar e fica agoniado. Às vezes ri sem motivo algum.
8. Comporta-se como os outros alunos e às vezes está indisciplinado.
9. Não. Sua linguagem é limitada, sendo dificultoso na maioria das vezes compreendê-lo.
10. Não. Sempre precisa de ajuda para ler e escrever, mas conhece as letras e os números. Ah, ele é muito bom em matemática.
11. As matérias que necessitam de mais compreensão, como português e história.
12. Às vezes gosta de xingar os colegas(palavras simples como chata, fraca, e que se tornam um tipo de ofensa de qualquer modo) mas não gosta quando é xingado.
13. Fica muito bravo e aperreado.
14. Na maioria das vezes seu material está sempre organizado.
15. Sim. Sempre está com roupas limpas e limpo também.

**APÊNDICE B –****Fotos ilustrando algumas atividades realizadas com os alunos da pesquisa**

Pintura rupestre do aluno P. P. Fonte: arquivo das autoras.



Aluno P. P. após interpretar o xerife. Fonte: Arquivo das autoras.



Aluno P. M. recontando a história dos porquinhos. Fonte: arquivo das autoras.



Aluno P. P. finalizando a história dos Três Porquinhos. Fonte: arquivo das autoras.



Aluno A. V. na atividade de motricidade e percepção. Fonte: arquivo das autoras.



Aluno A. V. na atividade com obstáculos. Fonte: arquivo das autoras.



Alunos A. V. e P. M. na atividade de motricidade com o barbante. Fonte: arquivo das autoras.



Aluno P. P. brincando junto com os colegas no recreio. Fonte: arquivo das autoras.